



ESTADO DO MARANHÃO  
PODER JUDICIÁRIO

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº

Constitui o Comitê de Orientação das Ações e Investimentos em Tecnologia da Informação e Comunicação, nos termos do art.12 da Resolução nº 90, de 29 de setembro de 2009, do CNJ.

O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições e tendo em vista a Resolução nº 90 do CNJ e, tendo em vista decisão plenária administrativa do dia .....

CONSIDERANDO as recomendações, portarias e resoluções do conselho Nacional de Justiça sobre Tecnologia de Informação;

CONSIDERANDO a meta nacional de nivelamento para informatizar todas as unidades judiciárias e interligá-las ao respectivo Tribunal e à rede mundial de computadores;

CONSIDERANDO a necessidade de integração das ações, no campo da tecnologia da informação e comunicação, promovidas pelos Tribunais de Justiça de todo o País, visando eficiência, celeridade e prestação jurisdicional efetiva.

RESOLVE:

Art.1º Instituir, no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, o Comitê de Orientação das Ações e Investimentos em Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC, com as seguintes atribuições:

I – Elaborar o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC - PETI);

II – Elaborar o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTI);

III – Elaborar o Plano de Política de Segurança da Informação;

IV – Elaborar plano de trabalho e cronograma de atendimento aos critérios de nivelamento estabelecidos na Resolução nº 90/2009, prevendo cumprimento total das metas até dezembro de 2014, sendo contemplada no mínimo 20% das obrigações determinadas, a cada ano.



ESTADO DO MARANHÃO  
PODER JUDICIÁRIO

V – Implantar o sistema de gestão eletrônica da execução penal e mecanismo de acompanhamento eletrônico das prisões provisórias.

VI – Elaborar e implantar plano anual de capacitação para desenvolver as competências necessárias à operacionalização e gestão dos serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC.

VII – Acompanhar o desenvolvimento ou a contratação de sistemas de informação que atendam as recomendações do Comitê de Gestão dos Sistemas Informatizados do Poder Judiciário e da Comissão de Tecnologia e Infraestrutura do CNJ;

VIII – Gerenciar e elaborar projetos de TIC;

IX – Gerir serviços terceirizados de TIC.

Art.2º O Comitê de Orientação das Ações e Investimentos em Tecnologia da Informação e Comunicação será composto por:

I - um desembargador indicado pelo Pleno do Tribunal de Justiça do Maranhão;

II - um juiz auxiliar da Presidência indicado pelo Presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão

III - um juiz auxiliar da Corregedoria indicado pelo Corregedor-Geral da Justiça;

IV - dois juízes de 1º grau, com conhecimento em informática, indicados pelo Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, ouvido o Corregedor-Geral da Justiça;

V - um secretário judicial indicado pelo Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão;

VI – um analista judiciário indicado pelo Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão;

VII – o chefe da divisão de estatística do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão;

VIII - três servidores da Diretoria de Informática e Automação a serem indicados pelo Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão.

Art. 3º Ficam estabelecidas as seguintes metas, sem prejuízo de outras que poderão ser fixadas pelo Comitê de Orientação das Ações e Investimentos em Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC:

I – Acompanhar a informatização do Poder Judiciário Maranhense, seguindo o modelo de uniformização do CNJ, para facilitar o intercâmbio e agilidade de informações e dados entre todas as unidades jurisdicionais do país, até dezembro de 2014;

II – Promover a disponibilização, na internet, de informações sobre processos, seus andamentos e o inteiro teor dos atos judiciais neles praticados, ressalvadas as exceções legais ou regulamentares;



ESTADO DO MARANHÃO  
PODER JUDICIÁRIO

III – Orientar e acompanhar a aquisição de equipamentos e contratação de serviços na área de TIC, atendendo aos padrões recomendados pelo Comitê de Gestão dos Sistemas Informatizados do Poder Judiciário e pela Comissão de Tecnologia e Infraestrutura do CNJ;

IV – Promover a implantação no Poder Judiciário Maranhense da certificação digital emitida por Autoridade Certificadora credenciada na forma da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP Brasil.

Art.4 º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DA JUSTIÇA “CLÓVIS BEVILÁCQUA” DO ESTADO DO MARANHÃO, EM SÃO LUÍS, 20 DE JANEIRO DE 2010.

**Des. Jamil de Miranda Gedeon Neto**  
**Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão**



ESTADO DO MARANHÃO  
PODER JUDICIÁRIO